

## **PARADIGMAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CAMPO: METODOLOGIAS DIFERENCIADAS E PERCEPÇÕES NO PROCESSO DA CORPOREIDADE**

Maria das Dôres Farias Rodrigues<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Neste artigo será apresentada a experiência como professora das disciplinas de Língua Portuguesa, no Assentamento Nova Vida - Upanema/RN, e de Estágio Supervisionado no Projeto Pedagogia da Terra, promovido pela Universidade do Estado Rio Grande do Norte – UERN -, e no curso de Pedagogia nos assentamentos Oziel Alves, Boa Fé e Jurema/RN. E como paradigmas a formação de professores da zona rural, com enfoque no processo da corporeidade e nas metodologias vivenciadas em sala de aula nos assentamentos citados. Igualmente, são objetivos deste trabalho: compreender algumas práticas pedagógicas e outras diferenciadas da formação acadêmica dos professores que são assentados ou filhos de assentados; e perceber sua corporeidade na prática pedagógica. Como referenciais teóricos serão abordados as Diretrizes Curriculares Nacionais (1999), Maturana (2002), Molina (2004), Paulo Freire (1996), entre outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação de professores. Metodologia. Corporeidade.

### **1- INTRODUÇÃO**

Em 2002, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN integrou-se com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o Movimento Sem Terra – MST, o Movimento Feminista e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do RN – FETARN com o fim de implantar o curso de Pedagogia, através do Projeto Pedagogia da Terra, na perspectiva de formar professores para os anos iniciais, obedecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais e ao mesmo tempo respeitando as diversidades culturais, políticas, sociais, econômicas e educacionais dos alunos em formação acadêmica e profissional.

---

<sup>1</sup>Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFRSA.  
E-mail: mariadoresfarias@gmail.com

O presente artigo mostra uma experiência enquanto professora das disciplinas de Língua Portuguesa no Programa Saberes da Terra – Campo (período de 2010-2012) e de Estágio Supervisionado nos Assentamentos Oziel Alves, Boa Fé e Jurema/RN pela Faculdade de Educação-FE (UERN) no período de 2006 a 2010. E reflete acerca das metodologias vivenciadas tanto dos professores que atuam em sala de aula no campo quanto aos que estabelecerem uma relação da vivência didática no exercício da docência e a cultura e história de luta sindical no processo de ensino-aprendizagem.

A manifestação do comportamento do homem do campo tem sua característica particular e identificada através da luta, muitas vezes, com gritos de ordens. Até esta expressão se percebe que precisa ser mantida nos espaços ocupados, entre eles a escola. Antes, a música e o hino da terra mantinham vivas a coragem de quem buscava a liberdade e os direitos. Através da vivência com os alunos-estagiários do curso de Pedagogia nos assentamentos foi introduzido no processo de ensino-aprendizagem a sua cultura. No entanto, não foram encontradas respostas coerentes por parte dos filhos de assentados e condutas urbanizadas. Muitos afirmaram da necessidade de manter viva a chama do homem do campo.

O questionamento se arrola como um projeto pedagógico poderá se caracterizar com a visão de professores libertadores e que acreditam em uma pedagogia que assuma a identidade do homem do campo?

“(...) um projeto educacional do campo precisa assumir o compromisso de construção de propostas emancipatórias, transformando as situações problemáticas, identificadas como reprodutoras e contraditórias.” (BAGETTI e BASTOS, 2004, p.2).

Foi assim que encontramos nos Assentamentos Nova Vida, Oziel Alves, Boa Fé e Jurema/RN uma realidade na conjuntura do processo de globalização e neoliberalismo e uma educação escolar pautada em uma função compensatória e reprodutivista, assim como professores militantes pela origem e identidade do homem do campo.

Há uma postura enraizada por parte de alguns professores da zona rural quanto à linguagem e o diálogo libertador, evidenciando questões cruciais de dimensões política, econômica e social, assim como a conduta pautada na defesa e na denúncia. Contudo, há uma luta na escola pública, onde é necessário mostrar as raízes culturais do homem do campo.

(...) As relações interpessoais (educador) são inerentes à concretização do ato educativo, mas se trata de pensá-las não como relação indivíduo-indivíduo para formar indivíduos, mas sim como relações entre pessoas culturalmente enraizadas, para formar pessoas que se constituem como sujeitos humanos e sociais. (MOLINA, 2004, p.34)

Está relação interpessoal deve ser respeitada tanto na escola quanto fora dela, formando o sujeito histórico e capaz de mudar a sua própria história como da sociedade onde está inserido. No entanto, é de conhecimento de muitos que a prática pedagógica de professores dos anos iniciais da zona rural demonstrara em sua maioria uma dicotomia do discurso por parte de alguns sujeitos envolvidos na pedagogia libertadora. FREIRE, (1996). Torna e permite ao sujeito descobrir que existe e acontece uma pedagogia onde não predomina os ideários de alienação da classe burguesa, e ao mesmo tempo acontece na relação à consciência, articulada a libertação. Apesar dos avanços da reestruturação na zona rural ainda encontramos o ensino e a aprendizagem no cenário de exclusão.

## **2- O PROJETO EDUCACIONAL PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA ZONA RURAL**

A investigação ora apresentada tem caráter empírica nas disciplinas de Língua Portuguesa, no Programa Saberes da Terra, e Estágio Supervisionado, com assentados ou filhos de assentados no curso de Pedagogia - Projeto Pedagogia da Terra/ UERN. As experiências se apoiam na pedagogia libertadora de Paulo Freire (1996).

As notas que se seguem fazem parte do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Magistério dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com formação inicial do Projeto Pedagogia da Terra, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, da Faculdade de Educação - FE e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

A UERN desenvolveu ações de alfabetização para jovens e adultos no Projeto Elizabeth Teixeira e na Reforma Agrária desde 1998, onde se viu no papel desafiador de ampliar suas atividades na área da Educação do Campo. Assim, abraçou o Projeto Pedagogia da Terra, quando foi convidada pelo INCRA a oferecer formação em nível superior aos assentados e assentadas. Os convênios firmados entre a UERN e o INCRA possibilitaram a criação do Projeto Pedagogia da Terra e do Curso de Licenciatura Plena

em Pedagogia – Magistério dos anos Iniciais do Ensino Fundamental, com vistas a atender 180 trabalhadores e trabalhadoras rurais.

O Movimento Sem Terra, (MST) e a FETARN são movimentos históricos que lutam não apenas pela terra, a qual já é uma luta árdua, mas também pela ampliação da garantia dos direitos à saúde, à moradia, à alimentação, à educação, à água e à felicidade. A luta dos movimentos sociais do campo por investimentos públicos no âmbito da Educação resulta da prática de organização política e do resgate de sua identidade cultural. Arroyo (1999) alerta que os cursos de formação de educadores, do e para o campo, necessitam conhecer e inserirem-se na realidade do campo e de suas práticas educativas para que possam adequar suas propostas curriculares às necessidades da realidade local. Deste modo, poderá ser possível evitar que a formação pedagógica venha a suplantiar os valores e conhecimentos do campesinato. Um dos desafios do Projeto Pedagogia da Terra é reconhecer, favorecer e ampliar a constituição de uma Licenciatura em Pedagogia que garanta, dentro dos espaços educativos do campo, a autenticidade da cultura lá produzida.

Um levantamento inicial demonstrou que no Estado do RN esta com a demanda entre os trabalhadores e as trabalhadoras vinculadas ao MST de 120 sujeitos. Outros vinculados à FETARN com 200 sujeitos. Desde 1999, a UERN já desenvolveu, através do Programa Especial de Formação Profissional para Educação Básica, (PROFORMAÇÃO), cursos de licenciatura, entre elas: Pedagogia, Matemática, Letras, Ciências Biológicas vinculadas ao contexto social do graduando, possuindo experiência e capacidade para realizar este projeto, além de está em pleno exercício de sala de aula.

O MST solicitou a realização das atividades presenciais do curso exclusivamente nos recessos e nas férias do corpo docente da UERN, concentrando as aulas em um período relativamente longo, onde aglutinariam alunos e alunas e realizaria várias atividades associadas ao Projeto e à formação política dos assentados do Movimento, inclusive a convivência coletiva. Já os trabalhadores/as vinculados à FETARN e que possuíam uma jornada de trabalho semanal, o Projeto Pedagogia da Terra organizou um cronograma de atividades presenciais concentradas nos finais de semana e feriados, cujo objetivo é licenciar pedagogos em nível superior para atuação docente no primeiro segmento do Ensino Fundamental, no sistema regular e na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA e para o exercício profissional de atividades de Coordenação e de Assessoramento Pedagógico em escolas, instituições dos sistemas educacionais e projetos educativos, escolares ou não, preferencialmente os das áreas de assentamentos de Reforma Agrária.

A meta foi distribuir as vagas entre os Movimentos Sociais do Campo, objeto dos convênios do Projeto Pedagogia da Terra, sendo 60 alunos para o MST e 120 alunos para a FETARN.

A prática reflexiva no processo de formação do educador e da educadora do Projeto Pedagogia da Terra terá como base o diálogo, além de saberes como a ação para a construção das competências necessárias ao enfrentamento dos desafios éticos, políticos, sociais e profissionais.

A estrutura da Matriz Curricular do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, do Projeto Pedagogia da Terra, é baseada nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia (MEC/2001) e na Resolução Nº 06/99 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CONSEPE/UERN (PROFORMAÇÃO), sendo compreendida por um conjunto de disciplinas, seminários temáticos, atividades de formação sociocultural e oficinas pedagógicas, assim como pela elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

O processo avaliativo da aprendizagem possui caráter formativo, diagnosticador, mediador e contínuo, considerando o preceito da coavaliação. O Estágio Supervisionado a ser ofertado no curso de Pedagogia atenderá às especificidades de seu contexto, considerando o perfil dos alunos atendidos, e se organizará objetivando a aproximação entre a teoria e a prática. Outrossim, o curso permitirá ao aluno a realização de atividades de pesquisa, objetivando produzir conhecimentos sobre os processos de ensino e aprendizagem.

### **3- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA**

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, com a intenção de respeitar o direito dos povos do campo à Educação, bem como suas características, necessidades e pluralidade (de gênero, étnico-racial, cultural geracional, política, econômica, territorial, entre outras) programou o Programa Saberes da Terra – Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos integrada com a qualificação social e profissional para agricultores/as e familiares.

Em 2007, foi instituído pela Medida Provisória Nº 411 o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM cujo objetivo é promover a reintegração de jovens ao processo educacional sua qualificação profissional, e desenvolvimento humano e cidadão. O Programa está organizado em quatro modalidades: I - PROJOVEM Adolescente; II - PROJOVEM Urbano; III - PROJOVEM Trabalhador; e IV - PROJOVEM Campo - Saberes da Terra.

A quarta modalidade do Programa se destina a desenvolver uma política que fortaleça e amplie o acesso e a permanência de jovens agricultores familiares situados na faixa etária de 18 a 20 anos no sistema formal de ensino. Tem como finalidade proporcionar formação integral ao jovem do campo por meio da elevação de escolaridade, tendo em vista a conclusão do Ensino Fundamental, com qualificação social e profissional, e potencializar a ação dos jovens agricultores para o desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares e suas comunidades por meio de atividades curriculares e pedagógicas, em conformidade com o que estabelecem as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB Nº 01 de 03/04/2002.

O recorte etário coaduna-se ao redesenho do Programa, que passa a serem componentes de duas políticas de Estado, quais sejam, de Educação do Campo e de Juventude, ambas indispensáveis para a qualificação social, formação profissional e construção da autonomia dos jovens do campo.

No que toca à construção de metodologias para a elaboração do material didático-pedagógico esta é baseada com o contexto de cada estado ou região, assim como a produção de cadernos pedagógicos, os quais tratam dos eixos temáticos do Programa nos três estados participantes e a inclusão de quatro seminários nacionais de formação das equipes pedagógicas estaduais.

#### **4- PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DO CAMPO SOBRE SUAS EXPRESSÕES CORPORAIS E O PROCESSO DA CORPOREIDADE NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA**

Os professores do campo podem exprimir através do corpo e sua corporeidade o desenvolvimento para si mesmo, a sua experiência vivida pessoalmente e com seus alunos. A prática pedagógica também está relacionada com sua concepção de vida, cujos

elementos podem começar a ser constituído na interação de perceber com a corporeidade e corpo seu sentir com os sentidos, o pensar e refletir sobre o próprio pensamento em situações vivenciadas no espaço escolar e nos bancos da sala de aula, com destaques nas atitudes corporais e ações como gritar, falar alto, bater no quadro com a esponja, chamar atenção ou avisar que vai comunicar aos superiores da escola, registrar no livro de ocorrência atos indisciplinar dos alunos, castigarem, ameaçar o aluno que não concluir as tarefas de classe não irá para o recreio ou será o último a merendar e demonstrar autoridade em sala de aula. No sentido mais expressivo de sua corporeidade.

A posição do corpo, mesmo inconsciente ou não, expressa a melhor maneira de ensinar metodologicamente aos seus alunos para aprenderem e obedecerem, sem questionar. Entre essas expressões corporais contidas no processo da corporeidade e do ensinar e aprender ainda estão: quando o professor bate o pé, levantam as mãos e os dedos, em uma atividade que pode ser considerada autoritarismo, ou não. Retratam alguns casos o dinamismo dessas expressões, além dos movimentos inseridos na cultura dos movimentos de militância, com as místicas, os hinos e palavras de ordem presente no professor do campo.

Como o professor do campo consegue associar a sua vida de militância política já incorporada com prática pedagógica diferenciada e voltada para a realidade do campo? Ou, como a postura do professor que não vivenciou uma linguagem ou diálogo libertador consegue trabalhar com questões inerentes à cultura rural?

A corporeidade e a educação dos professores do campo no contexto social, político e econômico se expressa por atitudes e ações de resistência quanto à educação tradicional e positivista. “(...) todos sabem ainda que nem sempre tenhamos clareza disso, o que está envolvido no aprender é a transformação de nossa corporeidade, que segue um curso ou outro dependendo de nosso modo de viver.” (MATURANA, 2002, p. 60).

Os professores sabem que quando falam em voz alta, em uma atitude de comando ou rejeição, poderão estar trabalhando os conhecimentos/conteúdos nos alunos, em uma dimensão de corpo e corporeidade. O professor ou o sujeito conseguirá entender a sua expressividade a partir do outro, em qualquer situação da vida, seja ela social ou educacional.

Para Kolyniak (2002), o humano vivo é corporeidade, é cultura encarnada. Desta forma, vivemos um contínuo processo de transformação propiciado pelas relações e

experiências que nos é permitido viver ou que nos são selecionadas e oferecidas pela sociedade.

Para Merleau Ponty (2006) em seu livro: Fenomenologia da percepção enfatiza que a experiência corporal fundada na percepção sensível e poética da corporeidade, busca ultrapassar a dicotomia do sujeito e objeto, assim, e por princípio toda percepção é movimento. A experiência vivida enquanto professora formadora no exercício da docência na sala de aula no campo mostra que há uma tentativa de modificar a prática pedagógica do professor do campo, apesar de sua cultura da corporeidade estar bem presente. No entanto, outros elementos dificultam o rompimento de uma educação do campo cartesiana.

A política educacional pública para o campo, com enfoque na formação docente, precisa romper com propostas do modelo neoliberal e combater trabalhos pedagógicos pobres e excludentes. É preciso adotar uma política forte e de crescimento nas estatísticas oficiais quanto à qualidade do ensino e o investimento sério com todos os envolvimento da sociedade.

## **5- CONCLUSÃO**

As experiências vividas como professora com a atuação ainda na Educação do Campo, no Ensino Médio com Projeto Conquista no Assentamento Nova Vida/Upanema-RN durante o percurso do ano 2014, continua a minha reflexão e discursão a respeito da qualidade, acessibilidade, diversidade e inclusão social dos alunos nos espaços acadêmicos. A luta estar aberta para às mudanças paradigmáticas no processo de aprender e ensinar, isto significa que buscamos o que cada um deseja inovar e redirecionar a educação do campo, respeitando a sua cultura e identidade seja no espaço social ou educacional.

Lutar e abraçar o desafio de olhar a vida no campo, com potencialidade e competências de se construir uma escola voltada para a realidade da zona rural. Assim, a expressão do conhecimento e maturidade cognitiva e social compartilhada entre aluno e professores gerarão melhores resultados ao acesso a universidade e outros espaços. Nesta perspectiva o desafio está lançado, a luta é nossa e a vitória é de todos e todas. Vamos avançar!!

## **REFERÊNCIAS**



ARROYO, Miguel G. **Por um tratamento público da educação do campo**. Por Uma Educação do Campo. Brasília, 1999.

BAGETTI, Vima e BASTOS, Fábio da Purificação de. **Educação, movimentos sociais e formação de professores: o projeto CUIA no contexto da reforma agrária brasileira**. IN: Revista do Centro de Educação. Edição: 2004, Vol. 29, Nº 01. HTTP://coralx.ufsm.br/revce/2004/01).

BRASIL/ Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**; Resolução n. 1, de 7/4/1999, Brasília: MEC, 1999.

\_\_\_\_\_, **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo** (CNE. Resolução CNE/ CEB 1/2002. Diário Oficial da União. Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1. p. 32).

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada. Alfabetização. **Caderno pedagógico do PROJOVEM DO CAMPO. Saberes da Terra**. Brasília: MEC/SECAD, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MATURANA, H. VARELA, F. **A árvore do conhecimento - As bases biológicas do entendimento humano**. Campinas, Editorial PSY, 2001.

\_\_\_\_\_, **Emoções e linguagens na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MERLEAU-PONTY. M. **Fenomenologia da percepção**. SP: Martins Fontes, 2006.

MOLINA, R. **Educação do campo**. Cadernos de aula 1. Rio de Janeiro: IMAGO. 2004.

KOLYNIK, Helena Marieta Rath. **Uma abordagem psicossocial de corporeidade e identidade**. Integração. Out/Nov/Dez. Ano XI, Nº1, 2002.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto político pedagógico da pedagogia da terra**. Mossoró, RN, 2008.